

# CASO MOÏSE, IMIGRANTES AFRICANOS E O NADA SUTIL “RACISMO À BRASILEIRA”

Luiza Sansão<sup>1</sup>

Daniel Garcia



Orador protesta durante o ato “Justiça por Moïse”, realizado em 5 de fevereiro no MASP

*“Desde que nasci, nunca ninguém havia me apontado e me chamado de negra. Isso só foi acontecer aqui no Brasil”, afirma a congoleza Prudence Kalamby Libonza, de 41 anos, há catorze no país. Certa vez, na fila de um posto de saúde com seus filhos, ao cobrar informações ouviu de uma funcionária: “Volta para sua terra!”. “Eu me descobri negro no Brasil. Porque na Guiné tem questões étnicas, mas não tem essa questão racial. Todo mundo é preto”, conta o guineense Eliseu Banori, de 35 anos, formado em Letras pela UFRJ: “No ônibus, não sentam ao seu lado. Você vê os olhares das pessoas”*

Sentada em uma cafeteria, no centro do Rio de Janeiro, aguardava o escritor guineense Eliseu Banori. O funcionário que me serviu o café, vendo que eu explicava, por telefone, a localização exata do estabelecimento a alguém, foi, gentilmente, até a porta, para olhar quem se aproximava. “É um moreninho?”, perguntou-me o homem, alto e negro, ao avisar o africano. “Negro”, respondi. E Banori, cuja pele é de um preto retinto, adentrou o café. Estava dado, ali, o que viria a ser o tema central daquela entrevista: o “racismo à brasileira”, que ele e outros imigrantes negros sentem na pele ao desembarcar neste país — onde, em 24 de janeiro último, o congolês Moïse Mugenyi Kabagambe, 24, foi espancado até a morte por três homens no quiosque em que trabalhava servindo mesas na areia, na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

“Eu me descobri negro no Brasil. Porque na Guiné tem questões étnicas, mas não tem essa questão racial. Todo mundo é preto”, conta Banori, 35, que veio, em 2009, para estudar Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Fã das telenovelas globais, pagava para assisti-las em Guiné-Bissau, admirando os cenários da Cidade Maravilhosa — que, à distância, pareciam limitar-se às famosas belezas da Zona Sul. “Cadê aquele Brasil que eu via nas novelas?”, perguntava-se, ao chegar e começar a se deparar com mazelas sociais. “Me assustei muito com os barulhos de tiros”, conta ele, que se instalou inicialmente em Bonsucesso, próximo ao Complexo do Alemão, na Zona Norte, onde dividia casa com um colega, também guineense. Meses depois, em meio à dificuldade de pagar moradia, contas e o deslocamento cotidiano para a universidade, com os R\$ 600 da bolsa de estudos garantida pelo convênio que o trouxe ao Brasil, foi convidado por um amigo para dividir com ele um quarto no alojamento da Ilha do Fundão.

Depois de alguns meses, uma colega da faculdade sensibilizou-se com sua história e o levou à igreja que ela frequentava, em Copacabana. Por meio de uma ação social, o grupo religioso cedeu a Banori um apartamento para que ele morasse sozinho, sem pagar aluguel. Ele então chamou seu irmão, que à época estudava na Universidade do Rio de Janeiro (Unirio, federal), e um amigo guineense “que estava na mesma luta”

para dividirem com ele o apartamento, onde ficaram por quase quatro anos, o que o confortava naquele momento difícil. “Ajuda um pouco a diminuir a saudade da terra. Estar junto, falando a mesma língua, fazendo as comidas da terra, a companhia dele, tudo isso me ajudou muito”, diz.

Em meio à maioria branca da universidade, Banori via-se muitas vezes excluído durante a formação de grupos para trabalhos de faculdade e sentia-se frequentemente subestimado em suas capacidades. “Você sente que não se adaptou, que veio de um ensino muito fraco e as pessoas sempre querem os melhores nos seus grupos”, recorda. “Você se sente burro, aquele que não sabe nada. Eu não cheguei aqui sentindo isso, mas aqui comecei a questionar minha capacidade. Isso dói muito”, diz o guineense, cuja preocupação passou a ser lutar para ser considerado bom o suficiente para ser incluído nos grupos: “Você precisa provar que você também é inteligente, capaz”.

O curso de Letras é procurado por estudantes em geral interessados em aprender línguas. Lá, Banori conviveu com gente de todas as partes do mundo: africanos, asiáticos, europeus. E garante: quem manifesta mais preconceito é o brasileiro. “Você vê claramente a diferença de tratamento entre pessoas brancas e pessoas negras. É bem nítido. Incomparável”, conta. Como exemplo, ele cita um amigo da época que, francês e estudante de engenharia, “logo cedo conseguiu estágio, conseguiu emprego bom, ganhava bem, teve vida boa”.

O racismo se mostrou de diversas formas. “Você vê que, no ônibus, não sentam ao seu lado. Você vê os olhares das pessoas. Você vê que quando está mais tarde e você está andando numa calçada, as pessoas desviam, passam longe. Isso dói muito”, diz. “E policiais, por exemplo, quando estamos em um grupo de três, quatro negros, é como se fosse um bando suspeito, a gente sempre é parado no caminho, abordado”, completa. Alugar imóvel também é difícil: muitas vezes, uma casa anunciada para ser alugada passa, de uma hora para outra, a indisponível, quando ouvem seu sotaque ao telefone, e depois volta a estar disponível, quando um amigo brasileiro telefona para propor visita ao imóvel — uma xenofobia evidente. “Agora, quando quero me mudar, peço para um amigo brasileiro fazer contato”, conta.



Daniel Garcia

Imigrantes e brasileiros no ato em memória de Moisés no MASP

**“Tudo isso, a discriminação racial, tratar um ser humano diferente por causa da cor, é muito triste. A decepção é grande. Você se desencanta com o país. Nos primeiros meses, se tivesse dinheiro para pagar passagem de volta, iria voltar, porque nunca tinha me sentido tão deprimido”**

Longe de São Paulo e Rio de Janeiro, as decepções também foram grandes para o cabo-verdiano Jailson Mendes Pires, 34, que chegou a Juiz de Fora, município no interior de Minas Gerais, em 2009, para ingressar na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Assim como Banori, ele consumia, em Cabo Verde, as telenovelas globais, nutrindo, em suas palavras, “a visão de um Brasil mais harmônico, em que as diversidades culturais gritavam mais alto e o povo era acolhedor”. Por meio de programas policiais como o *Cidade Alerta* de Datena, via também violências, mas acreditava que o que definiria sua trajetória no novo país seriam seus

“princípios” e “caráter”, mesmo consciente dos “desafios de uma nova cultura”.

A realidade encontrada pelo jovem que veio de peito aberto para viver uma “aventura” acabou sendo mais dura. “Os primeiros meses foram muito difíceis”, conta Jha, como é chamado. “As barreiras foram bem fortes. Tive que me construir de novo”, completa. Na universidade, ele sentia-se excluído. “Fiquei desesperado nos primeiros anos de curso. Foi muito pesado”, recorda. Certa vez, em 2021, em um restaurante onde Jha fazia bico como garçom, um cliente falou, em tom de “brincadeira”, que ele havia “vindo da África para ser domesticado no Brasil”. “Fiquei tão incomodado com isso, tirei a máscara, olhei para ele, ele sentiu logo que eu não gostei da conversa, que eu fiquei muito chateado. Então ele veio tentar passar a mão na minha cabeça, falar que era brincadeira”, lembra. “Senti o racismo diretamente, de alguém olhar na minha cara e dizer: ‘Você é um animal’”, completa. Outra manifestação clara de discriminação, segundo o cabo-verdiano, é quando uma mulher “abraça a bolsa” ao vê-lo, “como se fosse roubar”.

Se a situação é difícil para imigrantes africanos que vêm para o Brasil fazer faculdade, como Banori e Jha, é ainda pior é para aqueles que deixam seus países em condições adversas — como perseguições políticas ou



Prudence Kalambay Libonza

em meio a guerras e conflitos étnicos, por exemplo — e pedem refúgio ao Estado brasileiro.

É o caso da congoleza Prudence Kalambay Libonza, 41, que deixou, há 17 anos, a República Democrática do Congo — na África Central, cenário de conflitos históricos —, onde vinha sofrendo perseguição política. Modelo e até miss em sua terra natal, onde o idioma oficial é o francês, Prudence enfrentou, em um barco, a travessia pelo rio Zaire (ou rio Congo) até o país vizinho, Angola, cuja fronteira cruzou a pé, pela mata, enquanto sua primeira filha, hoje com 21 anos, fazia o trajeto a bordo de uma Kombi, com pessoas desconhecidas. “Não foi um caminho bonito, porque arrisquei minha vida”, diz.

“Foi a novela que me puxou para o Brasil. Me apaixonei pelo Brasil, falei ‘é para lá que eu vou’ e vim”, conta ela, que decidiu vir movida pelo sonho de ser atriz. Grávida e com uma filha de 4 anos, chegou a São Paulo há catorze anos, ao longo dos quais deu à luz quatro crianças. Sua luta incansável lhe rendeu bons frutos no campo da atuação: participou da abertura de uma novela global, do videoclipe de uma cantora brasileira, de desfiles de moda, programas televisivos, figurações em eventos ligados à cultura africana. Atualmente, integra o elenco de um filme produzido pela TV Cultura que está em processo de gravação, contracenando com atores de renome, como Antônio Fagundes.

Entretanto, nada disso tornou menos dura a vida da congoleza, que vive na Zona Leste da capital paulista e

luta cotidianamente contra opressões racistas, machistas e xenófobas desde que chegou ao país. Para pagar as contas, já trabalhou em condições diversas e adversas. Como ajudante de cozinha numa confeitaria na Vila Matilde na qual era gravemente assediada pela proprietária do estabelecimento. “Minha chefe me mandava dançar no meio do trabalho. Colocava música e falava: ‘Dança para nós’. Eu tinha medo de me recusar a dançar. Medo de perder o emprego, de ficar sem dinheiro, sem poder pagar o aluguel. Eu tive que aceitar essa humilhação de dançar no meio do trabalho”, recorda. A mesma chefe ainda proibiu Prudence de falar sua própria língua com uma colega de trabalho que também falava francês. A congoleza acabou por se demitir, quando não foi mais possível suportar.

“Desde que nasci, nunca ninguém havia me apontado e me chamado de negra. Isso só foi acontecer aqui no Brasil”, afirma. Certa vez, na fila de um posto de saúde com dois de seus filhos, ao cobrar informações sobre o atendimento, ouviu de uma funcionária: “Volta para sua terra!”. Entre as situações mais desafiadoras que enfrenta, ela destaca a dificuldade em relação à moradia: “Não querem te alugar casa, dizem ‘Ah, tem muitas crianças’”.

Entre 2018 e 2019, depois que se separou do marido, com quem foi casada por mais de dez anos, passou a sustentar, sozinha, seus cinco filhos e a neta. Longe da família desde que deixou o Congo, a dor da saudade dos pais se intensificou ainda mais. “Me separei, me vi sozinha, precisava de apoio. Precisava ter alguém com meus filhos enquanto estou trabalhando”, conta. Como seu pai é idoso, tentou trazer ao menos a mãe para o Brasil, mas o visto não foi emitido e ela não entendeu o motivo até hoje. “Não ter conseguido trazer minha mãe... Não consigo!”, expressa, sem concluir as frases proferidas em tom de revolta.

Prudence critica a falta de apoio, por meio de políticas públicas, a mulheres que criam seus filhos sozinhas e em situação de vulnerabilidade — mães solo, como ela — e a diferença com que são tratados, no Brasil, os imigrantes negros e os não negros. “O sistema no Brasil é muito ruim. Estou cansada, nada muda”, desabafa, em tom de revolta. “Uma mãe solo, criando cinco filhos, o tempo todo ter que ouvir ‘Ah, você é guerreira’, eu não aguento! Por que os direitos que estão no Estatuto do Refugiado não são garantidos para todos nós da mesma forma? Por que os africanos que vêm para cá têm que viver assim? Que punição é essa?”, questiona.

**Angolano, Bryan Cortez, 34, conheceu a discriminação racial quando deixou Luanda para estudar na África do Sul, “país dividido entre brancos e pretos”. Lá conheceu uma brasileira, a quem se queixou do racismo sul-africano. “Aí ela me disse: ‘Você está achando tudo isso absurdo porque não conhece o Brasil’”**

Também refugiado, o técnico de som angolano Bryan Leandro Vicente Cortez, 34, conheceu a discriminação racial quando, em 2013, deixou Luanda para estudar no país de Nelson Mandela, onde as relações sociais têm as marcas indelévels do *apartheid*, que vigorou oficialmente por 46 anos (1948-1994). “As primeiras experiências que eu tive com o racismo foram na África do Sul, porque lá o país é dividido entre brancos e pretos”, conta ele, que, à época, não conhecia o “racismo à brasileira”. “Conheci uma brasileira de São Paulo lá, negra, que estava superfeliz com tudo, e eu falando para ela sobre o racismo de lá. Aí ela me disse: ‘Você está achando tudo isso absurdo porque não conhece o Brasil’. E eu só entendi quando cheguei no Brasil”.

Filho de uma dona de casa e um ex-integrante do Serviço de Inteligência e Segurança de Estado (SINSE), Bryan tocava rap com amigos desde a adolescência, tinha um estúdio e, apesar de ter se formado em Administração em Luanda, nunca trabalhou na área, porque sua paixão sempre foi a música. “O trabalho do meu pai era caçar pessoas como eu. Eu nunca fui caçado. É claro que eu não podia frequentar a casa dele, mas eu sabia que ele me protegia”, recorda. Depois que o pai morreu — segundo afirma Bryan, envenenado por colegas do SINSE — em 2012, sua mãe passou a temer por sua vida e o enviou para Cape Town, capital da África do Sul, onde ele se formou como técnico de som em 2016. Como já consumia a cultura brasileira desde Angola, e não podia voltar ao seu país, refugiou-se no Brasil em 2017.

Instalado no boêmio bairro da Lapa, no centro do Rio de Janeiro, logo começou a sentir na pele a discriminação. “Quando entrei no Banco do Brasil, na Cinelândia, para abrir uma conta, eu não sabia para onde me dirigir, vi um segurança e fui pedir informação. Quando eu estava indo na direção dele, ele pôs a mão na arma”, recorda. “Se estou num ponto sozinho, o ônibus não para. Se subo no ônibus, quando eu ponho a mão no bolso para pagar a passagem, o ônibus entra em estado de alerta”, completa. Até o flerte era diferente do que conhecia. “Em Angola, se uma pessoa se interessa por outra, ela tenta conversar e se a outra também se interessar ela para e conversa. Aqui, se está passando uma mulher e eu olho, ela já abraça a bolsa ou atravessa a rua”.

Não demorou muito para ele se sentir “traumatizado”: passou a andar com as mãos para o alto toda vez que atravessa grupos de pessoas, com as mãos à mostra, para “evitar problemas”, em suas palavras. “Eu sofro preconceito por ser negro, por ter *dread* e por ser de África”, afirma o técnico de som, que lamenta a estigmatização em torno da imagem do negro de *dreadlocks*, sempre associada ao uso de maconha. Em um misto de bom humor e “saco cheio”, chegou a confeccionar uma camiseta com a frase “não tenho isqueiro” em letras garrafais. “Eu não fumo e nem bebo, mas, nas festas, quem fuma sempre vem pedir isqueiro para mim. Só porque eu tenho *dread*. Aí passei a só trabalhar com essa camiseta, virou meu uniforme”, explica.

Diversas vezes, Bryan foi vítima de xenofobia imediatamente após ouvirem seu sotaque marcado — como quando foi enviado, pela empresa para a qual prestava serviço como técnico de som, para trabalhar em uma festa na Gamboa, região portuária e central da capital fluminense. “Quando eu cheguei lá, a mulher que contratou o serviço olhou para mim e ficou apreensiva. Quando perguntou e eu falei que era de Angola, ela entrou em desespero, ligou para a empresa, falou ‘mas é um evento importante!’”, lembra.

É principalmente no âmbito profissional que ele percebe a xenofobia. “Se tem uma banda brasileira e eu sou o técnico de som, os caras mudam quando veem que eu sou angolano, já acham que eu vou estragar o show deles por ser africano. Devem achar que eu passei fome, não estudei, não tenho formação, não entendo do trabalho”, diz. “Teve um show em que falhou alguma

coisa, teve microfonia, problemas técnicos normais, e eu expliquei por que estava acontecendo, mas eles acharam que eu não sabia. Aí eles ligaram para um técnico conhecido deles, o cara chegou lá, os mesmos problemas aconteceram, ele deu a mesma explicação e aí eles acreditaram. E ele era negro também. Então nesse caso não foi racismo, foi xenofobia”, completa.

Já em abordagens policiais, Bryan considera que recebe melhor tratamento quando os agentes percebem que ele não é brasileiro — o que ele reconhece que pode ser uma experiência individual, uma “sorte” que ele teve até então. “Tem lugar que, quando eu estou saindo do trabalho e passa uma viatura, eu já sei que vão virar e voltar. Tipo nas vezes em que toquei no Centro de Artes da Maré. Sempre acontece. Quando os policiais ouvem o sotaque, a tensão baixa”, afirma.

Mas o preconceito racial é constante, segundo o angolano. “Para sofrer racismo, basta sair de casa”, diz. Com a suspensão dos eventos em que trabalha como técnico de som, durante a pandemia, Bryan ficou sem dinheiro e teve que deixar o quarto-e-sala onde morava, na Lapa, para dividir um apartamento com pessoas desconhecidas (e brancas) no mesmo bairro, depois que viu um anúncio. E sente claramente o racismo dentro da casa. “À certa altura, um velhinho estava hospedado lá e pegava umas coisas na geladeira. Adivinha quem era o suspeito. Tinha uma senhora russa lá que não aceitava pegar o mesmo elevador que eu. Deve estar mais fodida do que eu, mas acha que está acima”, conta.

Para ele, só vivendo na pele o “racismo à brasileira” para entender de verdade o que é. “Uma coisa é ouvir falar, outra é viver. Eu já tinha ouvido falar, até nas músicas. Mas quando você está na situação é outra coisa”, afirma. E aponta diferenças nas formas assumidas pelo racismo. “Os pretos da África do Sul têm noção de que lá é terra deles. Não acontece uma situação contra um preto como aqui e vão falar depois, fazer discurso em redes sociais”, ironiza, em tom crítico. “Isso obriga os brancos racistas lá a serem mais fingidos e, como o ódio lá ainda está à flor da pele [em razão do *apartheid*], os próprios pretos preferem não frequentar os mesmos lugares que os brancos. Se você entrar num lugar de branco e tiver um preto, pode apostar que esse preto é estrangeiro”, encerra.

## **Racismo e xenofobia definem mais a entrada do imigrante do que a condição socioeconômica, diz Alex Vargem, doutorando da Unicamp e especialista em direitos dos refugiados. Critica o “mito do Brasil acolhedor”, lembrando que pessoas em fuga de regimes hostis enfrentam obstáculos burocráticos e até “salinhas de confinamento”**

No Brasil não é preciso um africano ser um imigrante ou refugiado pobre para ser vítima de discriminações racistas e xenófobas, que se evidenciam, geralmente, na desigualdade do acesso a direitos e oportunidades de trabalho, mesmo quando a pessoa tem boas condições financeiras e é qualificada profissionalmente. É o que sustenta o sociólogo Alex Vargem, diplomado em direito de pessoas refugiadas pelo International Institute of Humanitarian Law (IIHL), na Itália, e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (Unicamp).

“Houve uma grande leva de africanos que vieram no período pós-abolição para se formar nas grandes universidades brasileiras. Esses eram africanos de elite, classes médias e altas. Empresários também. Temos vários estratos sociais quando falamos de África. Nem todo africano no Brasil é pobre, refugiado. Existe também uma elite africana que está aqui há um bom tempo”, diz. “Na migração, tem o campo do exotismo também: africanos chamados apenas para bater tambor, dançar etc., mas não para trabalhar em suas áreas de formação”, completa.

Assessor da Comissão de Direitos Humanos, Migrantes e Combate à Xenofobia do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), Vargem é membro de movimentos de afrodescendentes e pesquisa há mais de 20 anos a temática de imigrantes e refugiado(a)s da África no Brasil. Ativista da causa, com a qual seu vínculo tem origem na sua própria família, ele afirma que “quebrar o mito do Brasil acolhedor começa por uma lei do período da ditadura militar”. Esclarece: “Nossa Lei de Imigração é recente, de 2017. Mas o que vigorou antes foi o chamado Estatuto do Estrangeiro, que foi de 1980 a 2017, e era uma

lei absurda, que não estava em consonância com a Constituição de 1988. Então tivemos, durante 37 anos, uma Lei de Imigração elaborada pelo governo militar e que colocava um conjunto de restrições e impedimentos. Considerava imigrantes em geral uma ameaça à segurança nacional”.

Desde que vigoram a Lei de Imigração e o Estatuto dos Refugiados, quem delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil é o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, cuja competência e composição estão definidas no artigo 12 da Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. O interessado pode solicitar esse reconhecimento ao Estado somente quando já se encontra em solo brasileiro: passa, primeiro, pela Polícia Federal, que encaminha a solicitação de refúgio para Brasília, onde o Conare a avalia — apura a narrativa da pessoa, questiona o motivo do pedido de refúgio e, por fim, julga se ela deve ser considerada refugiada ou não. “A questão central é se a pessoa apresenta um fundado temor de perseguição, se ela é uma refugiada. E aí ela fica num limbo enquanto isso. Passa por interrogatórios para fazer coisas básicas, como abrir uma conta no banco”, deplora Vargem.

Entretanto, esse processo pode levar entre quatro e seis anos, período durante o qual a pessoa que pede o refúgio tem somente um documento provisório. Outorgado pelo Estado brasileiro, o protocolo de refúgio permite que ela tenha o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a carteirinha do Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, garantindo que ela possa usufruir desses direitos, mas é uma “cidadania provisória”, segundo o especialista. “A principal fronteira é a burocrática e econômica. É mais fácil irem para a França do que vir para o Brasil”, critica.

É no Aeroporto de Guarulhos, maior do Brasil e segundo maior da América Latina, que desembarca a maior parte dos imigrantes e refugiados africanos: mais de 50%, de acordo com o pesquisador. “Também existem, desde sempre, as salinhas de confinamento nos aeroportos brasileiros. Há casos de imigrantes que ficaram uma semana, um mês, dois, três meses nessa salinha. Obviamente os imigrantes não brancos”, conta. “Uma pessoa vem para

cá pedindo a proteção do Estado brasileiro porque corre risco em seu país de origem e acaba confinada numa sala dos inadmitidos e às vezes sendo mandada de volta ao país de onde fugiu”, critica.

Instituições que trabalham com imigração também são responsáveis pela imagem do Brasil como um país acolhedor, que Vargem enfatiza ser um mito. “Tem ONGs que recebem recursos para vender exotismo: grupo disso, grupo daquilo. Aí tem apresentações, o cara vai lá, dança, é o personagem da noite e, terminou, volta para a realidade da ocupação onde ele mora”, diz ele, que divide as entidades que atuam nesse campo em duas categorias: “Há as ONGs geridas por brasileiros brancos, que recebem recursos internos ou internacionais para gerenciar os fluxos de não brancos, prestar atendimento a não brancos, e as associações em que pessoas negras se organizam exatamente porque não se sentem contempladas por essas ONGs, mas têm enorme dificuldade de angariar recursos”.

Uma das instituições que atuam para proteger os direitos das pessoas em situação de refúgio em todo o mundo é o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ou Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), com sede na Suíça. A *Revista Adusp* questionou o porta-voz do ACNUR no Brasil, Luiz Fernando Godinho, sobre seu posicionamento em relação ao caso Moïse Kabagambe. “O ACNUR, sua parceira Caritas Rio e a OIM Brasil receberam com grande consternação a notícia do assassinato do refugiado congolês Moïse Kabagambe. Nós e nossos parceiros acompanhamos de perto o caso junto às autoridades, e pedimos que as circunstâncias e motivações desse crime fossem esclarecidas, com os responsáveis punidos de acordo com a legislação brasileira”, declarou Godinho.

“Por meio de nossos parceiros, estivemos em contato com a família do refugiado congolês Moïse Kabagambe, prestando a assistência necessária. Na ocasião, o ACNUR ressaltou que o Brasil é um país acolhedor para pessoas refugiadas e tem um histórico de proteção a essa população — são cerca de 62 mil refugiados reconhecidos de 77 nacionalidades diferentes, segundo o Conare”. Ainda segundo ele, o ACNUR entende que o assassinato de Moïse “não representa o comportamento da maioria da população brasileira, que tem se mostrado solidária com as pessoas refugiadas”.

---

## Nota

1 Jornalista. Especial para a *Revista Adusp*.

# MESTRE PELA UFRJ, ESCRITOR NEGRO NASCIDO EM BISSAU TRABALHOU COMO “AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS” NO LEBLON

Pedro Prado

Filho de um agricultor e uma feirante (vendedora de carvão), Eliseu Banori foi criado em um ambiente pobre, como seus onze irmãos — filhos de sua mãe e das outras duas mulheres com quem seu pai era casado, simultaneamente, possibilidade tradicionalmente concedida aos homens na África Ocidental. Nascido no Tchon di Pepel Varela, um dos bairros de Bissau, capital de Guiné-Bissau, ele viveu por alguns anos com a avó na cidade de Catió, na região de Tombali, no interior, onde teve contato com a sabedoria popular e a rede de afetos que motivariam sua escolha profissional.

“Foi lá que eu aprendi a cultura local. Que eu aprendi o que não se ensina na escola. A contar histórias, ouvir provérbios e superstições na boca dos meus avós, ouvir os mais velhos contando histórias. A apreciar esse mundo pequeno onde o conhecimento é compartilhado. Cresci nesse lugar e foi lá que eu adquiri essa paixão pela literatura”, conta ele, que escreveu seus primeiros versos aos onze anos de idade. “Esse lugar me ensinou muitas coisas da minha cultura que, certamente, contribuíram bastante para eu entender melhor o papel da literatura oral. E essa tradição oral é presente nos meus textos. Às vezes, sinto que ela pulsa e retumba como sons dos tambores da minha terra”.

Por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de paí-



Eliseu Banori

ses em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais, Banori veio para o Brasil aos 21 anos, depois de concluir o segundo grau em Bissau. Determinado a trilhar seu caminho nos estudos literários, publicar livros e lecionar, ingressou na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2009. “Os africanos gostam muito do Brasil. Esse país faz parte da história dos povos africanos. O futebol, as novelas, a cultura brasileira encantam muito”, diz.

Publicou seu primeiro livro, *Em Busca do Espaço Verde*, em 2011. No ano seguinte, o segundo, *O vento ainda sopra*. Ambos de poesia. Outros cinco nasceram nos anos seguintes: *Memórias fascinantes: relatos que traduzem o Silêncio*, de crônicas, em 2014; *As al-*

*mas em agonia*, seu primeiro romance, em 2015; *Cantar do Galo*, de contos, em 2017; *O Rei Imbatível: caminhos árduos do Juju*, biografia do músico guineense Justino Delgado, em 2020; *As histórias que minha mãe não me contou e outras histórias de Guiné-Bissau*, de contos infantojuvenis, em 2020. E, ao longo desse período de intensa produção literária, formou-se, tirou sua licenciatura para dar aulas de português e literatura, fez especialização e mestrado. Ao todo, foram mais de dez anos na UFRJ.

Nada foi fácil para ele. Durante a faculdade, fazia bicos em uma barraca de praia em Copacabana aos finais de semana, já que a bolsa de R\$ 600 era insuficiente para os gastos mais básicos do cotidiano. Batizado como Eliseu José Pereira Ié, o guineense escolheu assinar seus livros como



“Banori”, cujo significado, ele conta, é “aquele que nunca desiste” — sobrenome que ele carrega desde a época em que jogava futebol com os amigos na terra natal. E então ficou. Criou raízes. Conheceu sua esposa, Ondina Suraia, também guineense, na UFRJ, onde ela cursava Enfermagem. O casal teve um filho no Brasil, Eliseu Júnior, hoje com nove anos.

Professor, pesquisador e mestre em literaturas africanas de língua portuguesa, a despeito de sua qualificação Banori nunca havia conseguido emprego em sua área de formação. Para sustentar a família, trabalhou como garçom em restaurante da rede Outback Steakhouse e no setor de padaria em um supermercado da rede Zona Sul. Tomado por um profundo desânimo, decidiu que voltaria com a família para Guiné-Bissau. “Foi um desencanto. Eu não fazia nada na minha área. Me desencantei totalmente com o país”, conta. A pandemia chegou, em março de 2020, e ele não conseguiu ir embora. Teve que se virar.

**Banori tomou posse, neste ano, no cargo de assessor da Gerência de Livros e Leitura da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, primeiro emprego dentro de sua área de formação, treze anos depois de chegar ao Brasil. Mudou os planos: decidiu continuar no país**

Em 2021, trabalhou como auxiliar de serviços gerais em um condomínio de classe alta no Leblon, bairro nobre da Zona Sul carioca — de uma hora da tarde às dez da noite, todos os dias, durante cinco meses. Um dia, entregou um de seus livros a um morador do prédio, o jornalista aposentado Alberto Corona. Semanas depois, quando estava se despedindo dos colegas de trabalho para voltar para Guiné-Bissau, cruzou com o jornalista por acaso e perguntou-lhe se havia lido o livro. “Foi você quem escreveu o livro?”, surpreendeu-se Corona, que não o havia lido e nem tinha entendido que era o funcionário do prédio o autor da obra. “Ele falou: ‘mas você é escritor, já publicou sete livros e trabalha aqui?’”, recorda o guineense.

Reportagens foram produzidas sobre a história de Banori, a começar por uma de Ari Peixoto no jornal O Globo, ponte feita por Corona. O escritor viu a chance de expressar sua indignação com a forma como o Brasil trata imigrantes africanos. “Querria mostrar ao Brasil inteiro que aqui tem africanos qualificados. Mostrar os obstáculos que nós, africanos, passamos, para conseguir algo bom no Brasil. Sendo negro e estrangeiro, dificilmente se consegue arrumar alguma coisa. Eu sei que negros brasileiros também passam por isso, mas a gente passa ainda mais. Porque tem muitos africanos com formação, conhecimento, competência, fazendo trabalhos só para ganhar o pão de cada dia”, enfatiza.

A visibilidade alcançada mudou sua sorte. Convidado pouco depois

para assumir o cargo de assessor de Gerência de Livros e Leitura da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, Banori tomou posse, em 2022, no primeiro emprego dentro de sua área de formação, treze anos depois de chegar ao Brasil. Mudou os planos: decidiu ficar. “Eu já tinha comprado as passagens, estava muito triste com o Brasil”, lembra.

A vida melhorou muito. Em junho, Ondina deu à luz Esther Vitória. Um novo livro está a caminho: *Nada é Para Sempre*, de contos, que será lançado por meio de financiamento coletivo. O título da obra é simbólico: ele sabe que a luta é permanente: “Que minha história sirva como motivação para outros africanos, que eles continuem lutando, porque é preciso lutar”.

A pedido da *Revista Adusp*, Eliseu comentou o assassinato de Moïse Kabagambe. “Chorei muito. Doeu no fundo da alma. Pessoas que vêm em busca de uma vida melhor morrerem como ele morreu. Foi brutal”, diz. “Tão jovem, morrer cobrando o dinheiro do trabalho. Uma dor muito profunda. Nenhum ser humano merece morrer daquele jeito. Se fosse um estrangeiro branco, o tratamento seria muito diferente. É negro, é africano e está naquele lugar, trabalhando”, reflete. “Eu não o conheci pessoalmente, mas ouvi dizer que ele vibrou muito quando consegui meu emprego. Isso me comoveu muito. Ele estava na luta também. Ele ter vibrado com minha conquista, assim como meus amigos, que comentam isso em todos os encontros, dói muito”.